

SOUSA GALITO, Maria (2006). Embaixador Luís Fonseca. In (2007) Trinta Entrevistas no Âmbito da Diplomacia Económica de Portugal no Atlântico. CI-CPRI, ENT, N°22, pp. 184-188.

ENT: Entrevistas



Entrevistado: *Embaixador Luís Fonseca*
Secretário Executivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa – CPLP

Dia: 25 de Outubro de 2006, 11h

Local: Sede da CPLP em Lisboa

Duração da Entrevista: 28m14s

MSG (Maria Sousa Galito), LF (Luís Fonseca)

MSG: *Bom-dia, Sr. Embaixador. Gostaria de perguntar-lhe se a diplomacia é filha do seu tempo? No período pós Guerra Fria, o modelo de diplomacia mudou em relação a práticas mais tradicionais ou apenas se adaptou à evolução dos mercados e aos seus desafios?*

LF: «Não sou um teórico. Tiro ilações, baseando-me na experiência. A minha opinião a este respeito é que a diplomacia, sendo um instrumento ao serviço dos Estados, evolui com o tempo.

«Os interesses da diplomacia dos Estados, no período da Guerra Fria eram substancialmente diferentes da diplomacia que se pratica nos dias de hoje; não só dentro de cada país, mas no contexto geral das relações internacionais.

«Actualmente, o factor económico aumentou de importância, dada a intensificação das relações económicas e comerciais entre Estados. Por um lado, há um elemento de continuidade, uma vez que a diplomacia se mantém como instrumento ao serviço dos interesses nacionais dos Estados. Por outro lado, há um elemento de ruptura, em consonância com as alterações, por vezes dramáticas, que se registaram nos últimos anos.

«Não falaria numa nova diplomacia mas numa diplomacia que está a evoluir com o progresso da humanidade e das relações internacionais.»

MSG: *A diplomacia está ao serviço da Economia, ou a Economia está ao serviço da diplomacia?*

LF: «Insisto na questão da continuidade. Diria que a diplomacia serve os Estados; também servirá a Economia; e a Economia poderá estar ao serviço da diplomacia.

«Ainda existem Estados-Nação o que, em si, é exemplo de continuidade. Mas as fronteiras estão a esbater-se – o que na Europa é óbvio.

«Se a União Europeia se transformar numa Federação, vão continuar a existir fronteiras – serão as fronteiras da Europa. A diplomacia nacional evoluirá para um modelo de diplomacia europeia continental. Penso que a diplomacia estará ao serviço de cada país e, assim sendo, estará ao serviço da economia desses países.

«Na medida em que os agentes económicos tenham interesses nacionais, podem contribuir para o desenvolvimento da diplomacia. Uma maior participação dos empresários na economia nacional poderá fortalecer o mercado nacional e dar trunfos aos próprios Estados na sua actuação internacional.

«Portanto, a diplomacia defende os interesses do Estado, ou de um conjunto de Estados. É preciso levar em conta interesses conjugados de vários Estados – na União Europeia, por exemplo; no âmbito da CPLP ou de outras entidades supranacionais.»

MSG: *Apelo à experiência do Sr. Embaixador. Os embaixadores encaravam a especialidade económica como uma fase intermédia nas suas carreiras, que antecedia a fase em que se ocupariam de questões político-estratégicas? Acha que, nas embaixadas, se justifica apostar mais no económico?*

LF: «Acho que se justifica. A Economia está a ganhar proeminência nas próprias políticas dos Estados. É natural que os Estados se dotem de instrumentos que possam melhor gerir as suas relações internacionais.

«Esta tendência de reforçar a componente económica das missões das embaixadas é bastante visível; e poderá aumentar, mas sê-lo-á à custa de áreas mais político-estratégicas? Julgo que não. Continuo a pensar que a actividade diplomática é global. As várias áreas diplomáticas devem conjugar-se para promover os interesses de cada Estado.»

MSG: *Pedia talvez um comentário do Sr. Embaixador sobre a relação entre embaixadas e as multinacionais. E sobre intelligence económica nas embaixadas.*

LF: «Se for perguntar a determinadas embaixadas – sobre quais possa recair a suspeita de estarem a fazer *intelligence*, uma forma diplomática de nos referirmos à *espionagem* – vão dizer-lhe que não. O próprio facto de ser *intelligence* inclui uma certa clandestinidade.

«Todas as missões diplomáticas têm como objectivo recolher o máximo de informações sobre o país em que se encontram creditadas, e fazer passar as informações ao seu país. A intensidade com que se recolhem essas informações é que, muitas vezes, pode

ultrapassar as fronteiras do razoável e do aceitável, e transformar-se em *intelligence*. Mas sabemos que existe.

«Quais os países que investem em *intelligence económica*? Às vezes é uma questão de recursos; se os países podem investir nessa área ou não. Os países da Comunidade de Países de Língua Portuguesa, por exemplo, mesmo que desejassem investir nessa área, é possível que lhes faltassem recursos para poder fazê-lo; e o próprio grau de desenvolvimento desses países, talvez nem o justifique.

«Mas a recolha de informação sobre oportunidades de negócio, de investimento e de promoção das capacidades nacionais, no meu ponto de vista, é fundamental e está a ganhar importância; porque a Economia está a conquistar terreno nas relações internacionais. Veja-se o caso da China.

«Mas sempre existiu um reconhecimento das potencialidades de desenvolvimento das relações económicas, só que, neste momento, a evolução internacional exige que os Estados lhe dediquem cada vez mais atenção.»

MSG: *O Português é uma língua de trabalho nas relações diplomáticas e económicas entre os países lusófonos – nas relações bilaterais, no âmbito da CPLP?*

LF: «A Língua Portuguesa é fundamental no relacionamento muito especial – mesmo ao nível das trocas comerciais – entre os países lusófonos. Exteriormente a este espaço, ainda não.»

MSG: *Portanto, se colocarmos na equação lusófona os EUA, passam todos a falar em Inglês, é isso?*

LF: «A tendência natural de todos aqueles que se relacionam com a economia dos EUA, é conduzir as negociações em Inglês. As Escolas Económicas têm a preocupação de ensinar o Inglês desde muito cedo. O Inglês é, hoje em dia, a Língua por excelência das relações económicas internacionais.

«Não creio que os países anglófonos sintam necessidade de se expressar em Língua Portuguesa para comerciarem ou desenvolverem relações com os nossos países. O espaço lusófono ainda não conquistou a massa crítica susceptível de quase obrigar os seus parceiros comerciais a falarem em Português para terem uma vantagem comparativa sobre eventuais competidores.

«Hoje já começa a desenhar-se o interesse em aprender o Chinês, por causa do impacto da China na cena económica internacional. Isto ainda não acontece no espaço da Língua Portuguesa. Seja como for, este está a crescer e a ganhar dinamismo, também em pólos de desenvolvimento acelerado, como são Angola e o Brasil.

«O Brasil já é um mercado bastante significativo à escala mundial, com os seus 200 milhões de habitantes. A Língua Portuguesa ainda não está a solicitar um papel nas relações internacionais. O nível de trocas no espaço lusófono (entre países de Língua Portuguesa) ainda é pouco significativo. Não parece que seja de alguma vantagem especial.

«A CPLP é que deve trabalhar no sentido de reforçar este espaço de Língua Portuguesa, também como espaço económico, um exercício ainda no seu início. Temos um Conselho Empresarial a dar os primeiros passos. Mas ainda não temos um espaço económico estruturado.

«Há relações privilegiadas, particularmente entre Portugal e os PALOP e o Brasil. Ou entre o Brasil e alguns países de Língua Portuguesa. Mas não se trata de um espaço com regras comuns, porque o Brasil faz parte do Mercosul, Portugal é Estado-Membro da União Europeia, etc. Cada espaço regional exige a sua quota-parte de atenção, o que impede que se crie um espaço económico com a rapidez que gostaríamos, onde a Língua Portuguesa fosse um elemento essencial.»

MSG: *Mas as multinacionais, mesmo as dos EUA, que intervêm directamente sobre o mercado à procura do consumidor final dos seus produtos e que, ao fazê-lo, podem ultrapassar o nível das relações estaduais para mais fácil e rapidamente chegarem às pessoas, não poderão estar interessadas em dispor de agentes que falem Português?*

LF: «Os nossos países têm de esforçar-se mais neste sentido. Já que se refere ao esforço de penetração das grandes empresas no espaço da Lusofonia. Às vezes, espanto-me. Já vi casos de produtos vendidos em Portugal com instruções em Finlandês, em Italiano, em Checo, em Esloveno, em Russo, mas, estranhamente, não em Português. O que me intriga, porque estas outras Línguas são muito menos faladas do que o Português.

«Há qualquer coisa que falta a nós próprios. Devia-se encontrar uma forma de respeitar mais o Português, uma Língua falada por mais de 230 milhões de pessoas, ou talvez mais, mas que nem sempre é tratada em pé de igualdade com Línguas muito menos faladas no mundo. E que sabem defender-se melhor.»

MSG: *A CPLP pode desenvolver-se no âmbito da integração económica?*

LF: «Não podemos mudar a geografia. Timor-Leste, por exemplo, não pode deixar de se integrar no seu quadro regional.

«Timor-Leste está a treze ou catorze horas de distância de avião de Lisboa. Seria utópico reconstituir os antigos impérios baseados na Língua, em que o sol nunca se punha.»

MSG: *Os impérios, não. Estamos a falar de países independentes.*

LF: «(risos) O que eu estava a dizer é que a reconstituição económica desses espaços – não no sentido de haver um centro e uma periferia – não é mais viável. Não se pode mudar a geografia.

«Na África Ocidental, a Guiné-Bissau e Cabo-Verde têm de conviver, têm de criar condições para que as suas economias estejam cada vez mais sincronizadas com as economias dos Estados vizinhos.

«Acho que é possível, através de medidas legislativas, aduaneiras e compromissos de natureza política e económica, criarem-se condições para que as relações económicas e

empresariais entre esses países sejam facilitadas, através da redução das barreiras e a criação de incentivos a nível bilateral.

«Trata-se de um processo negocial que terá de levar em consideração compromissos que os Estados já assinaram nos espaços económicos em que se encontram inseridos. Mas nada impede que essas relações políticas, históricas, culturais e baseadas em afinidades, que sejam reforçadas, também para facilitar a circulação dos bens, de capital e de pessoas – esta última, uma das vias de aprofundar esta vontade.

«Portanto, os países lusófonos pertencem a regiões geográficas específicas. Mas possuem a vantagem de se entenderem em Português. Não podemos esquecer-nos do mercado do livro, da música, das obras de arte, do artesanato, onde me parece existir um grande potencial de desenvolvimento, mesmo nas relações económicas entre os Estados da CPLP.

«Talvez tenhamos de facilitar, para já, a circulação de bens culturais entre os Estados Lusófonos, que também sofrem com as barreiras entre os nossos países. Há muitas matérias ainda por discutir e explorar.»

MSG: *O Sr. Embaixador diria que os Estados-Membros da CPLP manifestam vontade, interesse, nesse sentido?*

LF: «Acho que há. Talvez não haja é vigor suficiente para canalizar esse interesse para medidas práticas. Esse é um trabalho que ainda falta fazer. É necessário garantir o interesse político – que penso existir, e que poderá estar no pensamento de Ennes e Almas (1997).

«Os dirigentes da CPLP estão interessados mas ainda não se dedicaram à materialização desse interesse, de maneira a facilitar a circulação de bens no espaço lusófono. Se desenvolvermos o âmbito mais político, ajudaremos o económico.»

MSG: *Muito obrigada, Sr. Embaixador Luís Fonseca.*